

ALÉM DA NOTICIA

Reações ao "pacote"

Esgotado o prazo de carência dos primeiros cem dias, o Governo Sarney começa hoje a enfrentar a realidade do ajustamento econômico exigido pelos credores internacionais. O pacote de medidas a ser anunciado pelo Palácio do Planalto provocará inevitáveis reações dos setores que vão perder, a começar pelas estatais e pelos contribuintes em geral — poucas chances de ser aplaudido antes dos efeitos programados em termos de menor inflação.

A margem de liberdade do Presidente é estreita: de um lado não pode deixar de fazer o ajustamento sob pena de ter uma explosão inflacionária a curto prazo, combinada com a suspensão das negociações com o Fundo Monetário Internacional e com os bancos credores; de outro, o governo precisa mais do que nunca do respaldo da opinião pública, e para isso terá que convencer imediatamente o Congresso de que as medidas não serão recessivas.

O "segredo" de José Sarney para enfrentar a crise econômica consiste em combinar receitas de ministros com orientação oposta entre si, de tal forma que no final o País coloque alguma ordem em suas finanças públicas para viabilizar a queda da inflação sem artificialismos de tabelamentos, mas ao mesmo tempo evita os efeitos recessivos que qualquer ajuste provoca. Vai ser muito difícil, e somente o tempo dirá se a "desaceleração programada" da economia vai resultar ou não em mais recessão.

No meio do caminho existem riscos políticos nada desprezíveis, que se transformam em ameaças de ruptura da própria Aliança Democrática quando se tem em mente as eleições do próximo ano. Exemplo disso será observado nos próximos dias, quando a opinião pública se der conta da sua parte no pagamento da conta. Por enquanto as coisas estão colocadas meio hermeticamente, com cifras e expressões do economês que não dão a real dimensão das medidas em gestação final.

O balão de ensaio jogado pelo Ministério da Fazenda na área do aumento da carga tributária, disfarçado sob a forma de não correção da tabela do Imposto de Renda na fonte e retenção das devoluções deste ano, pode não ter surtido o efeito esperado — mas já deixou muita gente de orelha em pé. Há notícias de parlamentares aguardando apenas a formalização da decisão, se é que virá mesmo, para entrar com projeto assegurando o reajuste semestral da tabela do IR/fonte. Assim como há também outras contramedidas engatilhadas para preservar os assalariados, à espera da palavra final do Governo.

A estratégia oficial para enfrentar as reações das próximas semanas ainda é desconhecida, mas o primeiro passo da parte do Governo será o anúncio simultâneo de medidas destinadas a reduzir as taxas de juros e assim viabilizar a recuperação das empresas e do nível de emprego, juntamente com o lado amargo do pacote — isto é, cortes de gastos públicos e aumento da arrecadação de impostos. Mas o pior mesmo virá em julho, quando a volta da missão do FMI poderá significar mais uma desgastante rodada de negociações que não exclui o impasse.

ARNOLFO CARVALHO